



S U M Á R I O

- 2 O insucesso do modelo norte-americano
na nova ordem mundial
Virgílio Arraes
- 4 Estados Unidos em ano eleitoral:
Primeiras Avaliações
Cristina Soreanu Pecequilo
- 9 O novo terrorismo global:
a profecia que se auto-realiza
Thiago Gehre
- 11 O 11 de março espanhol
Amado Luiz Cervo
- 13 O debate sobre a globalização
no Brasil: muita transpiração,
pouca inspiração
Paulo Roberto de Almeida
- 16 Paz e Guerra na África
Wolfgang Döpcke

O insucesso do modelo norte-americano na nova ordem mundial

Virgílio Arraes*

A presente dificuldade dos Estados Unidos no Iraque emana paradoxalmente como característica do aparente sucesso da nova ordem mundial, iniciada há cerca de década e meia, pelo próprio país na esteira do encerramento do período bipolar. Basicamente, a nova ordem advogava a primazia de três elementos: mercados livres, eleições livres e direitos humanos. À primeira vista, seria a afirmação do ser humano como cidadão universal, sem estar mais atrelado definitivamente a limites territoriais, proporcionando o ápice da visão cosmopolita de mundo – outrora elitista – do Iluminismo.

Todavia, esse tríptico eliminaria aos poucos, como consequência, o legado de três séculos e meio da Paz de Vestfália, em que se reconheceria o Estado soberano, por meio do princípio da autodeterminação e não intervenção, como responsável último pelos seus súditos – posteriormente cidadãos.

De fato, a autonomia estatal nunca seria plena, mas, de toda forma, ela facultaria mais recentemente, durante a vigência da bipolaridade, o nascimento de dezenas de novos Estados, que, juridicamente, situavam-se de modo igualitário, por decorrência da criação da Organização das Nações Unidas e do processo descolonizador, principalmente anglo-francês. Na prática, a maioria era ‘quase-Estados’, ou seja, instituições incapazes de corresponder às responsabilidades estatais históricas, ou seja, as de prover às suas populações segurança e bem-estar material, de forma que ambas as superpotências demonstrar-lhes-iam pouca consideração em relação às suas soberanias, ao colocá-los sob suas respectivas órbitas como satélites ou periféricos.

A nova ordem, ao ser posta como inexorável, significaria para os seus implementadores o ‘fim da história’, ou seja, a inexistência de alternativas político-econômicas consideradas viáveis à democracia neoliberal, visto que o único remanescente comunista de peso, a China, deslocava gradativamente o eixo de sua economia para uma base capitalista. Deste modo, o núcleo transatlântico da aliança neoliberal, acomodada sob a ambigüidade do rótulo de 3ª Via, proclamaria que a existência de paz em um sistema internacional democrático teria de independer de limites fronteiriços, isto é, limitar-se-iam soberanias nacionais em nome de direitos humanos, encarados de forma subjetiva.

Internamente, como efeito dos novos postulados, haveria a prescrição de programas de austeridade fiscal e disciplina monetária, com modificações estruturais nos setores administrativo, previdenciário e tributário. Com isso, ter-se-ia a abertura indiscriminada ao capital internacional tanto de curto como de longo prazo, bem como o corte de subsídios e incentivos a unidades de produção dos países de 3º Mundo, mesmo relativamente bem estruturadas, de modo que estas se submeteriam a competições, que desaguiariam em sua compra, fusão ou simplesmente extinção. Tudo em nome da competitividade internacional.

Em face de mudanças tão amplas na periferia do sistema internacional, deixaria o Estado de ser elemento indutor do desenvolvimento – visto que historicamente o capital nacional privado não teve condições ou interesses para investir em determinados setores – para ceder lugar ao capital privado

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

internacional, que promoveria os fluxos de crescimento, que solucionariam, sem prazo previsto, as questões ligadas à desigualdade e pobreza.

Ante tamanha abertura, as tradicionais economias nacionais dariam lugar a um mercado realmente global, porque o processo de produção, por meio de corporações transnacionais, seria de fato internacional, graças aos avanços tecnológicos das áreas de comunicação e transportes. Assim, os Estados – que, até o passado recente, em função da responsabilidade de suas circunscrições territoriais, deveriam comportar-se de forma incluível, mesmo deficitária e autoritariamente – conformar-se-iam em aceitar partes de seus territórios como zonas sociais excludentes, com desemprego, criminalidade, violência, empobrecimento etc.

Tais características seriam vistas pelas instituições neoliberais globais como espaços disfuncionais ou supérfluos, em face de sua baixa adaptação à nova dinâmica de desenvolvimento (intern)acional. Os Estados periféricos implicitamente aceitariam essa visão, ao migrarem de políticas sócio-econômicas de cunho universal para programas focalizados, de verniz paliativo, notadamente insuficientes.

Essa incapacidade resultaria na perda da manutenção do monopólio da coerção, ocasionando a dificuldade ou mesmo impossibilidade de ‘enquadrar’ as áreas socialmente excluídas, que, de quando em quando, tumultuariam o funcionamento regular das áreas produtoras e consumidoras. Deste modo, a ação estatal tornar-se-ia rotineiramente reativa, irascível e, no máximo, compensatória, com o estabelecimento de tréguas apenas, visto que, sem ter mais a sua legitimidade moral aceita ou reconhecida, o Estado passaria a proceder mais e mais violentamente, sob a justificativa do combate incessante ao ‘narcotráfico’, a máscara que poderia abarcar ou justificar toda forma de repressão tanto a criminosos como ao restante da população excluída.

Na face externa da moeda, haveria espaços geográficos que, ainda agregados formalmente como unidades soberanas, já seriam apenas reminiscências da composição estatal, tornando-se zonas supérfluas do sistema internacional no processo de globalização. Não seria de surpreender, pois, que neles se desenvolvessem movimentos – que se aproveitariam da fluidez e dissolução de fronteiras e sentimentos nacionais – para desaguar em instituições que não visariam mais à modificação pacífica de elementos do sistema internacional, mas à sua contestação violenta. Ganhariam espaço, à medida que a principal potência elimina os vestígios estatais da velha ordem.

A princípio, a visão americana estaria correta, porque os Estados periféricos não poderiam, em face do seu desmonte ou da desmobilização, oferecer resistência alguma do ponto de vista militar tradicional. Decorreria, então, o otimismo inicial de um sem número de possíveis ocupações: primeiramente, Afeganistão; mais tarde, Iraque; por fim, Síria, Líbia, Irã e outros. Não surpreenderiam, pois, as vitórias iniciais, dada a debilidade estrutural desses Estados.

Todavia, tal como o lado interno, a resistência tenaz adviria do adversário onipresente, ambíguo e sem face: o terrorismo transnacional, que seria fruto da fluidez dos limites fronteiriços e da perda dos sentimentos nacionais. Assim, diferentemente das antigas guerrilhas, que aspirariam à formação de Estados ou à tomada de poder institucional, este, caracterizado até o momento na *Al-Qaeda*, seria resultado da desestatização, e, portanto, da globalização.

Deste modo, os Estados Unidos enfrentariam um inimigo ao menos tonificado, dentro de sua nova ordem global, contra o qual o uso da força, desprovido de legitimidade moral ou intelectual, seria apenas paliativo, de modo que a instabilidade ganharia contornos definitivos dentro do novel sistema internacional.



Estados Unidos em ano eleitoral: Primeiras Avaliações

Cristina Soreanu Pecequilo*

Desde a conturbada eleição presidencial de 2000 na qual George Bush chegou à Casa Branca por meio de uma decisão de Suprema Corte Federal que lhe garantiu a vitória no Colégio Eleitoral, apesar de derrotado no voto popular, o funcionamento do sistema político americano tem sido objeto de interesse¹. Tal interesse é reforçado pelas polêmicas atitudes da presidência e seu *staff* no Iraque, nas organizações multilaterais, nos relacionamentos bilaterais e no conservadorismo doméstico². Neste cenário, existe um constante questionamento acerca dos impactos das ações republicanas para o futuro dos EUA tanto dentro de suas fronteiras quanto fora delas. Muitas vezes, este questionamento não revela somente dúvidas sobre a capacidade republicana em conduzir o país no século XXI, mas um desejo de mudança que nem sempre encontra porta vozes adequados na oposição ou mesmo uma permanência entre a sociedade americana dados os efeitos de 11/09. Em um ano eleitoral, este quadro poderá trazer muitas variações e indecisões, devendo-se examinar os primeiros movimentos republicanos e democratas em direção ao pleito de Novembro.

Começando pela análise do perfil do sistema eleitoral, os procedimentos criticados em 2000 mantiveram-se praticamente os mesmos nas formas de votação e caráter do sistema. No que se refere às formas de votação, ainda que alguns Estados tenham prometido modernizar-se, substituindo máquinas

obsoletas ou promovendo a informatização do pleito (havendo consultas ao Brasil, país modelo na experiência) não existiram correções. Uma das poucas exceções foi a permissão para votos via internet, mas que vem sendo bastante contestada em sua segurança e eficiência. Na hipótese de uma eleição “apertada” novamente poderemos nos deparar com denúncias de que as cédulas não foram corretamente preenchidas ou perfuradas, exigindo-se processos de recontagem manual que acabam nas cortes de justiça...

Se não existiram ajustes na mecânica da votação, também não ocorreram mudanças na lógica do sistema, preservando-se as regras vigentes desde 1789 quando da ratificação da constituição americana e suas modificações pontuais em emendas. A eleição é indireta, da sociedade ao Colégio Eleitoral (ver nota 1). Embora se esperasse uma certa modernização da votação, era previsto que nenhuma real mudança ocorresse no sistema. Apesar dos protestos democratas em 2000 (incluindo os da Senadora Hillary Clinton, do ativista Jesse Jackson), sugerindo a criação de comissões para estudar a revisão do sistema e para demandar eleições diretas, alterações constitucionais de tal porte não são parte da história e cultura política dos EUA. Além de representar um dos pilares mais tradicionais dos “filtros” da constituição³, o Colégio Eleitoral é funcional e essencial para a continuidade do domínio dos dois partidos majoritários, republicano e democrata: sua fórmula, que garante ao vencedor

* Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Professora de Relações Internacionais (UNIBERO) e Pesquisadora Associada NERINT/UFRGS.

¹ Segundo dados da Comissão Eleitoral dos EUA (FEC), os números finais da eleição de 2000 foram: no voto popular, Gore 50.999.897 votos contra 50.456.002 de Bush, respectivamente 48,38% e 47,87%. A vitória de Bush em Estados como a Flórida por margens pequenas (537 votos), garantiu a conquista do Colégio Eleitoral com 271 votos contra 266 de Gore e 1 abstenção (o total de votos no colégio é 538, sendo necessários 270 para eleger o presidente). Em 2000, o índice de comparecimento às urnas entre os eleitores registrados ficou em 67,5%. Ajustando-se este índice ao universo de todos os cidadãos que poderiam ser eleitores, a participação fica em 51,3%. Ainda pelos dados da FEC, dos cidadãos capacitados a votar, 76% registraram-se para 2000. www.fec.gov. Este artigo foi finalizado em 13/02/2004.

² Para este projeto republicano e o democrata ver nesta coluna “O outro lado da América”. www.relnet.com.br

³ Para a compreensão do sistema político americano, HAMILTON, MADISON e JAY. *O Federalista*, Ed. UnB, 1984.

de cada Estado todos os votos deste (a qual os americanos se referem como *the winner takes it all*), “esconde” a *performance* dos candidatos independentes.

Esta situação ocorre mesmo quando o independente chega a uma grande porcentagem dos votos populares, como foi caso de Ross Perot em 1992, um milionário que resolveu disputar a Casa Branca como *outsider* conservador. Na oportunidade, Perot recebeu quase 20% do voto popular, contra 37,5 de George Bush e 43% do vencedor Clinton. Porém, uma vez que não ganhou em nenhum Estado, Perot não obteve nenhum voto no Colégio Eleitoral, no qual Clinton ficou com 370 e Bush 168, desaparecendo das estatísticas finais. Assim, ainda que a legislação eleitoral não exclua da disputa pela presidência os candidatos independentes, os obstáculos a sua campanha e consolidação são grandes. Para poder concorrer a presidência, os independentes precisam garantir que seu nome seja incluído nas cédulas de votação por meio de um processo longo e custoso financeiramente Estado por Estado, o que raramente ocorre. Normalmente, os independentes conseguem ser incluídos nas cédulas de alguns Estados e quase nunca nacionalmente. A exceção foi Perot e mesmo Ralph Nader em 2000, ex-democrata, representante das causas ambientais. Partidos que não atingem um mínimo de 5% da votação popular não podem receber financiamentos públicos para suas campanhas o que limita sua capacidade. Preserva-se, desta forma, a proeminência dos partidos, dificultando a emergência de alternativas para a Casa Branca ou mesmo governos estaduais, municipais e o Legislativo.

As primárias dos partidos⁴, apresentadas como uma forma de incrementar a participação popular e permitir que os cidadãos escolham democraticamente os seus candidatos representam também filtros e uma forma de garantir o domínio interno de cada um dos partidos pelos seus grupos mais tradicionais. Apesar

do espaço ser maior para o surgimento de “novidades” e da consolidação de nomes pouco conhecidos nacionalmente como foi o caso de Bill Clinton, deve existir um compromisso entre o velho e o novo. Caso contrário, a mobilização das bases e a arrecadação de fundos é dificultada. Até hoje, as primárias não somente servem como uma forma de escolher o candidato indicado à presidência, mas como uma espécie de vitrine. Isto se revela na significativa quantidade de nomes que sempre entram na disputa pela indicação nas primárias sem viabilidade.

Em 2003, por exemplo, os democratas chegaram a ter dez nomes concorrendo à indicação para 2004: Carol Moseley Braun, Bob Graham, Dick Gephardt, Joseph Lieberman, Al Sharpton, Dennis Kucinich, John Kerry, John Edwards, Howard Dean e, por fim, Wesley Clark. Com o início do processo das primárias em Janeiro de 2004 este número vem sendo rapidamente reduzido, já tendo sido registradas as desistências de Carol Moseley Braun, Bob Graham, Dick Gephardt, Joseph Lieberman e do general Wesley Clark. Clark, deve-se destacar foi o último dos candidatos a entrar no processo e sua participação, apoiada pelo ex-presidente Bill Clinton, teve o mérito de acirrar o debate no final do ano passado e trazer ânimo à campanha democrata até então centralizada em Howard Dean. Inclusive, Clark foi o primeiro nome democrata a canalizar a oposição, empatando com o atual presidente em simulações eleitorais. Porém, sua entrada tardia na corrida, somada a sua falta de experiência política não permitiram que sua posição se consolidasse. Clark irá anunciar seu apoio a Kerry em Wisconsin no dia 17/02, existindo especulações de que Dean poderá desistir de sua candidatura nesta oportunidade, algo que ele refuta (se e quando desistir, Dean afirma que apoiaria Edwards).

Dean, favorito à indicação do partido até Dezembro de 2003, hoje é praticamente um nome descartado dada à rápida ascensão de John Kerry. O

⁴ As primárias seguem três procedimentos básicos: o caucus, com participação limitada a delegados dos partidos, as primárias fechadas, com a participação de eleitores registrados do partido e as primárias abertas que permitem votos de quaisquer eleitores registrados, democratas, republicanos ou independentes.

ex-governador de Vermont sempre foi considerado “muito liberal” pela maioria do partido e havia conseguido seus bons resultados com base em uma postura agressiva contra a presidência Bush e alta exposição na mídia, mas foi perdendo terreno dada a esta plataforma (em seu governo, Dean era considerado bipartidário). Em seu espaço, observamos o crescimento de Kerry, Senador por Massachussets, definido como moderado e conservador, apresentando um perfil de centro que o aproximaria dos republicanos. Kerry consolidou-se como o candidato do equilíbrio, englobando tanto a idéia da mudança como da correção de rumos.

Ainda que critique ações de Bush na reconstrução do Iraque, Kerry não apresenta a guerra como um erro da mesma forma que Dean. A campanha contra o terror é vista como necessária, assim como as preocupações com segurança interna, criticando-se, entretanto, a conduta e eficiência da Casa Branca. Parece que pelo menos neste momento os democratas estão conseguindo passar através de Kerry a imagem de um partido “responsável”, canalizando o desejo da opinião pública de procurar uma alternativa a Bush. Tal desejo, como mencionamos, começou a ficar mais claro nas simulações eleitorais. Além de Clark e Kerry, outro nome democrata que teria condições de bater Bush em Novembro segundo as pesquisas seria o do também Senador John Edwards da Carolina do Norte (Dean perderia).

Conquistando vários segundos lugares nas primárias (e ganhando na Carolina do Sul), Edwards é ainda visto por alguns analistas como um candidato até mais eficiente que Kerry em nível nacional dado seu perfil similar a Clinton. Um jovem vindo do Sul, de família pobre que, apesar das dificuldades, conseguiu ascender profissional e economicamente, um exemplo do *self-made man*. Kerry, enquanto isso, seria representante de uma “elite” democrata que nem sempre consegue atingir o homem médio (vide a acusação de Dean de que Kerry seria o continuísmo). Edwards seria capaz de conquistar o voto desta

parcela da população, promovendo, como ele indica em sua campanha, “a reconciliação das duas Américas, a pobre e a rica”. Devido a limitação de seu orçamento e a uma certa aceleração do processo das primárias visando a definição do candidato do partido até Março, na sequência da Super Terça no dia 02, sua candidatura não decolou nacionalmente. Porém, foram lançadas hipóteses de que Edwards poderia ser o vice de Kerry. Deve-se lembrar que mesmo com este desejo de definir um nome até Março, a Convenção Nacional Democrata está agendada para Julho e a Republicana para Agosto, para a formalização da chapa Bush/Cheney lançada desde o ano passado e que não passará pelas primárias.

Pressionado pelos avanços de Kerry e uma queda em sua popularidade dado o cenário econômico e as dificuldades no Iraque (o efeito da prisão de Saddam Hussein nesta popularidade esgotou-se rapidamente), Bush tenta retomar a iniciativa por meio de ofensivas. Economicamente, ainda que estejam sendo anunciados índices de crescimento que levariam a retomada dos empregos, não houve uma criação significativa de novas vagas, assim como se observa a manutenção de tendência de queda na renda do trabalhador. Mesmo a sinalização de manutenção de juros não tem sido suficiente para a retomada do otimismo, havendo a questão do déficit federal gerado pela combinação corte de impostos (que será mantido) e aumento de gastos. O orçamento previsto para 2004 é de 2,4 trilhões e continua envolvendo aumento de gastos em defesa, cerca de 7%, sem incluir as despesas das operações no Iraque e no Afeganistão. Apesar disso, a presidência anuncia uma diminuição pela metade do déficit em 2005 que viria da continuação de cortes em programas sociais (assistência médica, moradia, alimentos, aposentadoria) e culturais, à exceção da iniciativa educacional, “No Child Left Behind”. A reação a este quadro foi de ceticismo e críticas.

Outras reações de Bush encontram-se em seu discurso do “Estado da União”⁵ em Janeiro e uma

⁵ BUSH, George. State of the Union Address. January 20, 2004. www.usatoday.com e Text of Democratic Response to State of the Union Speech. January 20, 2004. www.usatoday.com

recente entrevista em um conhecido programa na NBC, *Meet the Press*. No Estado da União, além dos tópicos centrais de interesse relativos à economia, assistência social, previdência e o terrorismo, Bush ofereceu uma variedade extensa de pequenos temas aos eleitores, buscando sua base conservadora e os hispânicos. Para estes últimos, foram apresentados projetos para a legalização de imigrantes e para os conservadores, uma denúncia do uso de esteróides por jovens, uma defesa da abstinência sexual e a condenação do casamento de homossexuais. Outros assuntos polêmicos como aborto e controle de armas estiveram ausentes do discurso, mas não da ação. Recentemente, o Departamento de Justiça tem solicitado a hospitais registros de pacientes que optaram pelo aborto, visto como uma invasão à privacidade. Como justificativa, o governo coloca que solicitou os registros para verificar se um procedimento abolido no ano passado continua sendo utilizado para punir os que estiverem desrespeitando a lei⁶.

Bush também garante a criação de 2.6 milhões de empregos em 2004. A maioria dos especialistas econômicos, contudo, discordou, e mesmo aqueles que acreditam em uma retomada, sugerem que resultados reais somente se consolidariam em 2005, não se refletindo na campanha. No campo externo, mantém-se a promessa da reconstrução do Iraque e da continuidade da guerra anti-terror. Porém, a instabilidade neste país, associada aos custos morais, políticos, financeiros e humanos da guerra afetam negativamente a presidência. Entretanto, o maior problema hoje para Bush e Blair é o escândalo relativo à credibilidade das informações que levaram à guerra.

A cada dia torna-se mais claro, como já abordamos antes, que estas informações podiam ser contestadas quanto a sua idoneidade.

Hans Blix, responsável pelas inspeções da AIEA, chegou a acusar Tony Blair de dramatizar a situação iraquiana para obter objetivos políticos. A isenção de culpa de Blair no suicídio de David Kelly e a renúncia do presidente da BBC também não ajudaram a posição britânica. Nos EUA, Cheney se encontra sob escrutínio por causa destas informações e pelo seu envolvimento com empresas como a Haliburton que detém contratos no Iraque, discutindo-se como isso afetará sua presença na chapa presidencial. Em resposta, Bush apresentou o discurso de que as ADMs eram apenas uma parte do problema e que mesmo que não sejam encontradas agora, isso não significa que não tenham existido ou sido usadas antes. Assim, a guerra justifica-se pelo próprio fato de que Saddam Hussein não está mais no poder e, portanto, não pode mais apoiar terroristas⁷. O argumento, como se pode perceber, é frágil, pois não lida com o problema real do caráter e uso das informações, desviando as discussões sobre os benefícios da queda de Hussein, independentemente dos motivos apresentados para levar a esta deposição.

Bush e seus assessores enfatizam a importância do efeito demonstrativo que a guerra do Iraque teve sobre outros países e ditadores similares. Uma destas grandes conquistas é a nova postura da Líbia, membro do Eixo do Mal que comprometeu-se a abdicar das ADMs, submetendo-se às regras da comunidade internacional. Embora o Iraque possa ter servido de “incentivo” a Khadafi, outros motivos além do medo

⁶ O Legislativo aprovou a proibição de um procedimento de aborto controverso chamado “nascimento parcial” (*partial-birth abortion*). Esta atitude gerou, e continua gerando muitas preocupações dos ativistas, pois é vista como o primeiro passo em direção à reversão da liberalização dos anos 1960. A agenda conservadora renovada de Bush é abordada por Daniel Casse em “Is Bush a conservative?”, reforçando a imagem deste novo movimento (*Commentary*, February 2004. www.commentarymagazine.com). É interessante comparar Casse a um artigo em *Foreign Policy*, Jan/Feb 2004, no qual Max Boot nega que Bush seja de fato um novo conservador, definindo-o e a sua equipe como moderados de centro. BOOT, Max, “Think again: Neocons”. www.foreignpolicy.com

⁷ Para uma interessante avaliação do debate sobre a eficiência dos serviços de inteligência americanos, suas falhas e necessidade de reforma ver RUSSELL, Richard. “Intelligence failures”. *Policy Review*, 123, February 2004. www.policyreview.org. Sobre as dificuldades internas de Bush e a campanha democrata COOK Jr., Charles E. “From swings to poles”. *The Washington Quarterly*, 27(1), Winter 2003/2004.

de Bush influíram em sua decisão⁸. Por fim, Bush, que se definiu como o presidente da guerra, indicou que iria instaurar uma comissão bipartidária para melhor investigar estas denúncias, cujo primeiro relatório é esperado para Março de 2005. Ao mesmo tempo, uma outra comissão instalada depois dos atentados terroristas visando avaliar se a presidência Bush poderia ter previsto e, conseqüentemente, impedido 11/09, isentou a Casa Branca e suas agências de responsabilidade. Ainda nesta ofensiva, Bush anunciou novas medidas para conter a proliferação das ADMs. As propostas não trouxeram grandes novidades⁹.

Combinados, todos estes fatores, a ascensão de Kerry, as dificuldades de Bush, o ceticismo do eleitorado indicam que poderemos novamente ter uma eleição apertada. Ao definir Bush como o único inimigo, os democratas parecem ter em Kerry seu mensageiro. Denúncias de infidelidade conjugal de Kerry já começaram a ser divulgadas por veículos conservadores da mídia, responsáveis pelo escândalo Lewinski. Uma crise deste tipo seria a única capaz de prejudicá-lo, devendo-se avaliar as implicações desta denúncia. Por enquanto, Kerry mantém sua postura (sendo até chamado de novo JFK dadas suas iniciais

iguais às do ex-presidente), sustentado na frase de efeito *Bring it on*. Ou seja, estamos prontos para enfrentar tudo o que vier. Cabe avaliar se este momento democrata se manterá, pois nem sempre as primárias refletem o campo nacional, sendo vistas pela maioria do público como desinteressantes e cansativas, devendo-se conquistar a todos: desde as bases, até o chamado *swing voter*, o americano que precisa ser convencido a votar e que muitas vezes é o fator decisivo da vitória.

Para Bush, o desafio é grande, mas não invencível, embora outro *slogan* ganhe espaço, "Tal Pai, Tal Filho". Antes surgindo como imbatíveis, os próximos meses serão de desafios para os republicanos. Contudo, nunca devemos subestimar o poder do presidente no cargo para mobilizar a máquina política, principalmente em um período de maioria republicana nas duas casas do Legislativo e nos governos estaduais, contando com o terror como "aliado". 2004 promete ser um ano interessante, no qual poderemos observar mais uma etapa da transição social, cultural, política e estratégica que se iniciou nos EUA no final do século passado, com fases de equilíbrio e compromisso alternando-se com bruscas oscilações.

⁸ VIZENTINI, Paulo Fagundes. "A Líbia afasta-se do Eixo do Mal". www.terra.com.br/vizentini

⁹ Remarks by the president at the National Defense University. New measures to counter the threat of WMD. February 11, 2004. www.whitehouse.gov



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

O novo terrorismo global: a profecia que se auto-realiza

Thiago Gehre*

O atentado terrorista ocorrido na Espanha no dia 11 de março de 2004 merece ser observado com uma atenção especial, principalmente por trazer a tona questões que estão além do simples combate ao terrorismo internacional, que de fato adquire uma nova face no século XXI. Trata-se de discussão sobre os reflexos das decisões em matéria de política exterior: por um lado partindo de uma idealização de mundo (concepção imaginária) e por outro, definindo-se em termos de interesses materiais (concepção concreta).

A primeira reflexão, passa pelo entendimento dos eventos que sucederam o atentado em Madri e a tendência natural de se acusar o grupo separatista basco ETA (*Euskadi ta Askatasuna*), que atua na Espanha desde 1959, pelo atentado. Contudo, alguns padrões de ação contraditórios e uma multifatorialidade de elementos passaram a ser alvo de discussão entre os analistas de política internacional na composição de um quadro explicativo mais coerente.

Primeiro, que o *modus operandi* deste grupo seria o de privilegiar alvos políticos, em oposição a alvos civis, ao mesmo tempo em que havia a prática de se assumir a autoria pelos atentados, uma vez que legitimam a ação do grupo ao conectar ações violentas às demandas políticas. O que se viu em Madri foi um atentado altamente articulado, de grandes proporções, que deixaria quase 200 mortos e mais de 1500 feridos, com a explosão simultânea de várias bombas e tendo como alvo a população civil em trens de passageiros em horário de grande movimento.

Segundo, pela própria negativa do partido Harri Batasuna, o braço político do ETA, em atribuir àquele a autoria do atentado, o que se contradizia com a prisão de dois membros do Comando Madrid, facção

do ETA que atua na capital espanhola, com 500 quilos de explosivos, semanas antes, o que indicaria que um atentado já havia sido planejado ou estava em andamento.

Terceiro, pela descoberta de detonadores e de uma fita com conteúdo em árabe em um carro nos arredores de Madri, além de uma carta enviada a um jornal árabe em Londres em que a Brigada Abu Hafs al-Masri assumiria este como outros atentados, além de deixar clara sua ligação com a rede Al Qaeda. Evidência que seria fortalecida pela declaração da Al-Qaeda assumindo a autoria dos atentados.

Quarto, em decorrência da conjuntura política espanhola, que se apresentava em período de eleições legislativas e sofria com o endurecimento no combate ao grupo separatista basco, implementado pelo governo Aznar, o que fornecia o quadro perfeito para uma atuação mais pirotécnica para capitalizar atenção às causas terroristas.

Por fim, o apoio incondicional que o governo de José Maria Aznar deu ao governo norte-americano na guerra e na ocupação do Iraque tornaram a Espanha, juntamente com a Inglaterra, alvos naturais de possíveis ataques terroristas. No entanto, apesar das ameaças, nenhuma ação desse tipo havia sido realizada na Europa, menos ainda na Grã-Bretanha, mais constantemente mencionada como possível alvo.

O caráter contraditório dos elementos e a complexidade da cena internacional não apontam um verdadeiro suspeito, se bascos ou árabes, mas induz a se pensar que não teria sido um ato isolado de um grupo separatista ou de um extremista e sim reforça a evidência de que uma **rede de terror global**, aos moldes dos ideais norte-americanos, poderia estar de fato ativa e em operação.

* Mestre em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e professor do Instituto de Ensino Superior de Brasília (IESB).

Sabe-se que a ligação entre diferentes grupos nacionalistas e/ou fundamentalistas que se valem do terror para atingir objetivos políticos, quando estes de fato existem, não é algo novo nas relações internacionais. Esta colaboração, que já aproximou o exército Republicano Irlandês (IRA) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), o Exército Vermelho Japonês e o Tupac Amaru do Peru (no episódio da invasão da embaixada japonesa em Lima), tem sido uma constante na prática da política internacional, sobretudo por meio da troca de informações, treinamento de pessoal, comercialização de armamentos. Tudo isto fornece as bases para uma atuação verdadeiramente global desta força transnacional que normalmente escapa aos controles tradicionais dos Estados nacionais.

Contudo algumas ressalvas devem ser feitas. Primeiro, que a composição da **rede global de terror** se daria por grupos de base nacional, que normalmente possuem interesses e metas específicos, relativos à política doméstica, inconciliáveis entre si pelas próprias peculiaridades culturais e geográficas por exemplo.

Segundo, que uma verdadeira **rede global de terror** deveria representar a conjunção destes interesses em objetivos e metas comuns, que dariam uma racionalidade própria a estas ações. Neste caso, o mais provável seria se pensar em uma rede terrorista cujo objetivo principal é contrabalançar o poder dos EUA nas relações internacionais, como nas ações desencadeadas pela Al-Qaeda, que já é por si só uma rede de facções extremistas de grupos fundamentalistas islâmicos, mas que não possui objetivos muito definidos e está naturalmente incapacitada de tomar o lugar de qualquer Estado-nação, ainda o principal ator das relações internacionais.

Se por um lado, é difícil imaginar uma ação isolada da Al-Qaeda na Espanha: a) pela magnitude do evento, b) pela conquista política do ETA, com a reviravolta empreendida pela população espanhola ao

rechaçar nas urnas o partido de José Maria Aznar e c) pelas dificuldades naturais em se operar de forma isolada em um país católico que repudia as minorias estrangeiras, quando poderia ter acesso a um nível (quantitativo e qualitativo) muito maior de informações se cooperando com o ETA.

Por outro, é mais aceitável que esta cooperação não signifique necessariamente a formação de uma rede global de terror, apresentando-se mais como uma tentativa de se mitificar a luta contra o terrorismo. Faz-se do medo a mola propulsora para a formação de coalizões anti-terror e de sua extinção a legitimação para ações de política doméstica (endurecimento da fiscalização nos aeroportos internacionais) e política externa, como foi a aceitação generalizada da comunidade internacional de invadir o Afeganistão em represália a um ataque terrorista aos Estados Unidos.

Assim, o que era originalmente uma percepção mitológica da realidade torna-se uma *self fulfilling prophecy*, uma profecia que se torna verdadeira porque as pessoas (aqueles que detêm o poder de decisão) esperam que ela seja verdadeira e agem de forma a torná-la verdadeira. Faria parte, portanto, das mentes e do arcabouço ideológico dos membros da equipe decisória norte-americana, os War Hawks.

A finalidade seria a de legitimar as ações internacionais dos EUA pós-11 de setembro de 2001 e construir (por meio da invenção) um novo *road map* para guiar o país nas grandes questões da política internacional, uma vez que o colapso do comunismo havia deixado um vácuo entre os planos subjetivo e objetivo da decisão em matéria de política externa. O episódio dos "trens da morte" forneceu a oportunidade, que não viria imediatamente com a guerra do Afeganistão, para tornar tal idéia apreensível e legítima aos olhos da comunidade internacional ao mesmo tempo em que alimentava os interesses globais da superpotência solitária.



O 11 de março espanhol

Amado Luiz Cervo*

A opinião pública busca explicações para o atentado de Madri de 11 de março, que fez duzentos mortos, e quer saber quais seus possíveis desdobramentos sobre a grande política internacional.

As explicações, a nosso ver os erros que se encontram na origem do fato, estariam localizadas, duas do lado dos Estados Unidos, duas do lado do Governo de José Maria Aznar e uma do lado dos autores do atentado. Do lado dos Estados Unidos, após o 11 de setembro de 2001, o primeiro erro consistiu na estratégia de combate ao terrorismo pela guerra, ao invés de utilizar a cooperação internacional dos serviços de inteligência; o segundo erro consistiu em isolar-se da comunidade internacional. Do lado espanhol, o primeiro erro de governo foi o de afrontar a opinião pública interna e o segundo o de envolver-se com a grande política internacional, com propósitos acima dos próprios meios. Do lado dos autores, o erro consiste em utilizar o terrorismo como única arma dos fracos.

Os dois primeiros são grandes perdedores. A estratégia de George W. Bush somente fez recrudescer o terrorismo, alimentado pelo ódio aos Estados Unidos e seus aliados. O apoio de Aznar resultou na surpreendente derrota política de seu partido nas eleições do dia 14 de março. Ele sai do poder, depois de oito anos, carregando a culpa pela morte de inocentes.

No cálculo de Aznar, se o poder da Espanha resultaria engrandecido com a adesão à política agressiva e guerreira de Bush e o país recolheria benefícios de seu servilismo, esses foram dois outros equívocos elementares de seu cálculo político: quem tocou a modernização da Espanha durante seu governo foi a Europa, à qual voltou as costas. Por outro lado, os Estados Unidos não costumam

recompensar a subserviência de outros governos. O poder de cada Estado se fundamenta em elementos concretos, estratégicos, econômicos ou mentais.

Os desdobramentos sobre a cena internacional do atentado de Madri ninguém pode prever ao certo, mas aspirações do bom senso indicam os caminhos a percorrer no futuro, caso se queira controlar o terrorismo ou pôr-lhe um fim: a) convém aos Estados Unidos fechar suas bases na Arábia Saudita e retirar-se do Iraque e do Afeganistão, já que os três fatos, ao invés de combater, alimentam o terrorismo; b) a opinião americana poderá assimilar a lição da Espanha e impor a Bush o mesmo revés eleitoral c) espera-se um envolvimento mais assertivo da Europa, no sentido de propor o fim do combate ao terrorismo pela guerra, substituindo-a pela cooperação dos serviços de inteligência e pelo diálogo entre os mundos ocidental e muçulmano; d) a Espanha de José Luis Zapateiro acercar-se-á da Europa, assim como convém que o façam outros países irrelevantes de um ponto de vista estratégico, mas que deram força ao governo de Bush, como a Itália, a Polônia e Portugal, e ajudaram a fazer malograr a estratégia europeia até o presente; e) enfim, Tony Blair dará ouvidos à opinião dos ingleses e deixará de seguir os Estados Unidos de forma alucinada e baseada sobre inverdades.

O desdobramento mais importante, aliás, o condicionamento que mais pesa sobre uma possível solução à questão do terrorismo é o entendimento entre europeus e norte-americanos, por modo a triunfar a saída europeia, feita de diálogo, negociação e respeito pela convivência das diferenças culturais e religiosas sobre a solução norte-americana, feita de preconceitos, agressividade, choque de civilização e humilhações impostas aos diferentes e aos fracos.

* Professor titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB).

Em meio a tudo isso, o papel da ONU, que foi até o momento minguado e menosprezado, continuará sendo de alcance limitado. A paz e a guerra entre as nações, no mundo de hoje, dependem, como no passado, em primeiro lugar, da sabedoria política

ou dos desatinos das grandes potências. À ONU caberá, como ocorreu por vezes, executar decisões da sabedoria dos grandes ou imobilizar-se diante de seus desatinos.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *ReINet – Rede Brasileira de Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2004 *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais* – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

O debate sobre a globalização no Brasil: muita transpiração, pouca inspiração

Paulo Roberto de Almeida*

É realmente curioso o estatuto argumentativo e o arcabouço conceitual do debate de idéias em torno da globalização no Brasil (se é que existe algum): ao que percebo pela imprensa, mas também em algumas revistas especializadas, poucos “intelectuais” – reluto em utilizar esta noção, preferindo-lhe talvez o epíteto mais comum de acadêmicos – se dispõem a sustentar suas afirmações mediante provas empíricas, dados estatísticos ou por meio de correlações causais apoiadas em fatos, números ou, simplesmente, através de uma demonstração ainda que superficial de que os seus dizeres traduzem algo mais consistente do que palavras vazias, afirmações ocas ou frases simplesmente carentes de fundamentação histórica. Proponho-me, neste ensaio e nos seguintes, examinar a situação desse bizarro debate sem contendores bem delimitados e oferecer, sem pretensões a um esgotamento do problema, algumas linhas explicativas para o que eu chamei de excesso de transpiração e alguma carência de inspiração (ou, se quisermos, excesso de teorização de baixa qualidade, acoplado a sérias e imensas lacunas do mais elementar empirismo).

Tomemos, por exemplo, esta afirmação, retirada de um documento apoiado por um imenso conagraçamento de ativistas anti-globalização, a maior parte dos quais simples militantes dotados de instrumental metodológico limitado para analisar a globalização, mas animados por algumas figuras de proa que costumam ser chamadas, obviamente pela imprensa, de “intelectuais”: segundo um dos documentos de base desse movimento, por demais conhecido para requerer propaganda gratuita, “os povos do Terceiro Mundo, assim como os setores

pobres e excluídos dos países industrializados, sofrem os efeitos devastadores da globalização econômica e da ditadura de instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e os governos que servem aos seus interesses”, isto é, os da “globalização devastadora”.

Compreende-se a violência verbal e o caráter peremptório da argumentação, ainda que ambos carentes de um real embasamento em dados de fato comprobatórios dos pretensos “efeitos devastadores” da globalização (sempre apodada de “capitalista”): afinal de contas, os promotores desse tipo de “documento” ou de movimento “social” – mais bem retórico, ousa dizer – parecem ser, em sua maior parte, aqueles mesmos órfãos (ou viúvas) do socialismo *ancienne manière*, que tiveram de reciclar-se rapidamente ao se verem desprovidos de espaços de manobra condizentes com suas antigas pretensões à universalidade concreta e uma alegada adequação à “necessidade histórica”.

De mais difícil compreensão resulta ser o teor de um pronunciamento formal de uma autoridade sobre a mesma questão, preparado por um serviço que se acreditava bem treinado para manejar não apenas a língua pátria, mas também os raciocínios lógicos e, a mais forte razão, a consistência histórica. Senão vejamos: “Se a globalização é inevitável, isso não significa que devemos nos reconciliar de forma fatalista a seus efeitos perversos. Não precisamos aceitar que o preço da modernização, do ganho em competitividade e eficiência, é a marginalização, o empobrecimento e a desesperança daqueles que ficaram para trás. Tornar a globalização mais inclusiva

* Doutor em ciências sociais pela Universidade de Bruxelas e mestre em planejamento econômico. É diplomata de carreira desde 1977. Em RelNet mantém uma coluna denominada ‘Cousas Diplomáticas’, na qual publica artigos sobre história da política exterior do Brasil e sobre relações internacionais em geral. Conheça o perfil de Almeida visitando sua homepage, disponível em <http://www.pralmeida.org>. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

e eqüitativa é um desafio que deve unir a todos nós.” Antes de examinarmos, contudo, estas três curiosas frases, cheias de subentendidos e de significados ambíguos, voltemos à afirmação mais definitiva daquele movimento social que encarna, como nenhum outro, o desejo de ver substituída a globalização capitalista por um outro mundo (e uma outra América, um outro Brasil, um outro Piauí etc.etc.etc.) pretendidamente possíveis (mas aparentemente inalcançáveis).

O que dizem eles, exatamente?: que os “povos do Terceiro Mundo” (um imenso grupo de alguns bilhões de habitantes), “assim como os setores pobres e excluídos dos países industrializados” (uma categoria mais tangível, formada por apenas alguns milhões de pessoas), “sofrem os efeitos devastadores da globalização econômica e da ditadura de instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial, a OMC e os governos que servem aos seus interesses”. Seria isto verdade? Se o for, seria esta triste experiência compartilhada por todos eles, conjuntamente, e ocorreu ela durante todo o tempo em que vem se desenvolvendo a atual onda de globalização capitalista (grosso modo, as duas últimas décadas de “neoliberalismo”, como eles mesmos gostam de caracterizar)?

Para ajudar-nos a dar uma resposta tentativa a essa dúvida cruel sobre a maléfica globalização capitalista dispomos do recente estudo sobre esse fenômeno “devastador”, ainda que realizado por esse órgão “ditatorial” que é o Banco Mundial: o relatório *World Development Indicators (WDI) 2003*, disponível no link: www.worldbank.org/data. Pode-se, obviamente, como talvez façam os promotores do “outro mundo”, duvidar da fiabilidade estatística de um conjunto de 800 indicadores econômicos e sociais, organizados em 87 tabelas, divididas em seis seções (visão global, população, meio ambiente, economia, Estados e mercados e vínculos globais), que cobrem 152 economias e 14 grupos de países, e de um conjunto adicional de indicadores básicos para outras 55 economias. Se aceitarmos, contudo, como fazem muitos economistas e estudiosos dos problemas do desenvolvimento e a quase totalidade dos governos

dos países membros, que tais números apresentam confiabilidade razoável, somos obrigados, pelo menos, a considerar os argumentos desse relatório, que vêm apoiados nesses números, dados, estatísticas e indicadores diversos. E o que dizem os números do Banco Mundial sobre os efeitos “devastadores” da globalização?

Que esse processo perversamente capitalista retirou, nos vinte anos que vão de 1981 a 2001, mais de 400 milhões de pessoas da miséria absoluta. Com efeito, os dados revelam uma queda no número absoluto de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia nos países em desenvolvimento, de 1,5 bilhão em 1981 para 1,1 bilhão em 2001. A cifra de um dólar por dia denota o limite da pobreza absoluta. Obviamente, não de retorquir os anti-globalizadores, essa situação aparentemente positiva esconde imensas desigualdades entre os países. Na América Latina, por exemplo, como revela de fato o relatório, a pobreza só diminuiu marginalmente devido ao baixo crescimento das economias na década de 1990 e a maior parte daqueles 400 milhões de antigos miseráveis e novos pobres encontra-se quase que exclusivamente na China e na Índia.

Quanto ao caráter “ditatorial” dos órgãos vilipendiados pelos anti-globalizadores, soa pelo menos estranho que países tão ciosos de sua soberania como a China e a Índia estejam entre seus membros mais ativos, o primeiro, aliás, depois de muito pouco tempo (grosso modo, os últimos vinte anos de globalização capitalista para as instituições de Bretton Woods e menos de cinco anos para a OMC). Quais foram os devastadores efeitos causados nesses dois países, ou no próprio Brasil, para ficarmos com um país mais perto de nós, pela presença nas, e por meio de operações com essas entidades “ditatoriais”? Para o Brasil, sabemos, por exemplo, que o FMI realizou três operações de apoio financeiro preventivo entre 1998 e 2003, pelos valores respectivos de 41,5 bilhões (com a participação de vinte outros países membros), de 30 bilhões (inédito na história do FMI) e de 15 bilhões de dólares, este último renovado pelo atual governo adepto da soberania econômica das nações em desenvolvimento. Quanto ao Banco Mundial e ao BID,

eles mantêm uma das maiores carteiras de negócios de todo o mundo em projetos existentes no Brasil (nos três níveis da federação), sendo os montantes apenas inferiores àqueles que o BNDES empresta anualmente aos próprios agentes econômicos nacionais. Que ditadura mais benévola, devem dizer prefeitos, governadores e ministros.

Reduzida assim à total inconsistência intrínseca e extrínseca a primeira frase pinçada no anedotário do “alter-mundialismo” tupiniquim, vejamos agora a segunda frase selecionada para ilustrar o nosso debate unilateral sobre a anti-globalização. O que poderia querer dizer “inevitabilidade” da globalização, ou ainda se “reconciliar de forma fatalista” com “seus efeitos perversos”? Que a globalização não apresenta nada de inevitável está mais do que provado pela sua triste história no decorrer do século XX, quando ela se viu interrompida por aproximadamente setenta anos no país mais vasto do mundo e por mais meio século em uma ampla gama de outros países, cujo soma, dizia-se com um certo sorriso nos lábios, mais de dois terços das terras emersas – mas havia também socialismo nos mares – e volume equivalente de população. Pouco importa que a soma global dos produtos brutos desses países fosse ridiculamente pequena quando comparada à produção total dos países capitalistas – menores em território e inferiores em população –, e ainda absolutamente marginal no computo global dos intercâmbios globais (isto é, fluxos de comércio, de capitais, de tecnologia). O fato é que o glorioso socialismo havia interrompido a marcha triunfal e inevitável da globalização capitalista, como ingenuamente acreditavam Marx e Engels desde 1848. Que ela ainda seja evitável, isto está mais do que provado pelos exemplos exuberantes de Cuba e da Coreia do Norte, ainda hoje infensos aos cantos e ao charme pouco discreto das sereias do capital.

Quanto aos seus pretensos “efeitos perversos”, eles são mais proclamados do que verdadeiramente provados, limitando-se, provavelmente, ao aprofundamento e extensão das desigualdades de renda (dentro e entre os países), ao recrudescimento do desemprego tecnológico e à preeminência nefasta da “financeirização” dos circuitos produtivos. Ou

então, como revelado ainda no discurso por nós selecionado, pela contrapartida dos ganhos em “competitividade e eficiência”, que seria representada pela “marginalização”, pelo “empobrecimento” e pela “desesperança daqueles que ficaram para trás”.

Antes de debater se existem provas materiais, empiricamente verificáveis, para tais efeitos nefastos, certamente lamentáveis a qualquer título, temos de registrar a inconsistência lógica revelada pela expressão “daqueles que ficaram para trás”. Ora, se eles ficaram para trás, não se pode atribuir à globalização efeitos que decorrer de sua ausência, pois que, como constatado pelo Banco Mundial, a inserção na globalização, foi capaz de retirar da “marginalização”, do “empobrecimento” e da “desesperança” centenas de milhões de chineses e de indianos, que nela encontraram efeitos menos perversos do que aqueles proclamados pelos anti-globalizadores.

Que a globalização precisa ser mais inclusiva e equitativa, disto não deve restar dúvidas ao mais cético dos economistas, mas para que ela exerça qualquer efeito nesse sentido seria preciso, antes de mais nada, que ela pudesse encobrir, englobar (com perdão pela tautologia) e engolir (menos polido, certamente) um número bem maior de países do que ela conseguiu até hoje, em especial na América Latina e em quase toda a África e Oriente Médio. Como dito ainda naquele discurso, trata-se de um “desafio que deve unir a todos nós.” Só ficarão de fora desse movimento universalizante, os irreduzíveis anti-globalizadores de sempre, como bons reacionários que são. Mas, estes não têm nada mais a perder senão a inocência infantil dos mitos que eles continuam a cultivar, contra todas as evidências materiais que o mundo coloca diante dos seus olhos. Como entretanto sabem todos aqueles que conhecem um mínimo de psicologia de gabinete, os grilhões mentais são ainda mais difíceis de se desfazerem do que velhas paranóias pacientemente construídas ao longo de anos ou décadas de auto-mistificação e auto-engano.

Paulo Roberto de Almeida
(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)
Brasília, 27 de abril de 2004

Paz e Guerra na África

Wolfgang Döpcke*

Observando os conflitos armados na África, experimenta-se uma verdadeira alternância de sentimentos entre euforia e desespero. Parece que a cada vez em que um conflito se encerra com a celebração de um tratado de paz (ou/e com eleições), reaparece um novo confronto armado em outro canto do continente. Em vez de acabar de vez, as guerras africanas se arrastam pelo continente como os incêndios da seca no sertão brasileiro: quando se apaga um, surgem dois novos focos de fogo. Como na seca violenta, parece possível que o fogo da guerra se acenda em qualquer canto, como se todos os lugares possuíssem as mesmas condições altamente susceptíveis a se incendiarem.

O último exemplo deste ciclo guerra-paz-guerra é dado pelo Sudão, país mergulhado na guerra civil mais prolongada do continente. Este conflito, que, desde 1962, desdobrou-se, somente interrompido por um intervalo de frágil paz entre 1972 e 1983, etapa por etapa, para verdadeiras dimensões apocalípticas, provocando direta e indiretamente entre 2 milhões e 2,5 milhões de mortes e cerca de 4 milhões de refugiados.

As raízes desta guerra no Sudão são complexas e com bastante profundidade histórica. Localizam-se na incapacidade do Estado sudanês de conceder direitos culturais, políticos e econômicos iguais para suas diversas populações – principalmente aquelas do Sul do país –, que se encontram trancadas numa heterogênea invenção territorial da Partilha da África do final do Século XIX. A descoberta de petróleo no Sul do país em 1978 somente agravou o confronto. Desde 2002, envolvendo um esforço diplomático dos Estados vizinhos e sendo caracterizado por sérios reveses, desenvolve-se mais um “processo de paz” que, no final de 2003, parece ter chegado a uma

conclusão aceitável para todos os lados, afirmando o direito de autodeterminação para o Sul, e esboçando uma fórmula de partilha das riquezas petrolíferas e não-petrolíferas entre o Norte e o Sul. Neste exato momento de reais chances de paz, na mais prolongada guerra na África, eclodiu um novo confronto armado na região ocidental do Sudão, na província de Darfur que, em pouco tempo, transformou-se em uma das mais severas crises humanitárias da atualidade – como afirmou uma ONG – deixando milhares de mortos e quase um milhão de refugiados. Esta explosão em Darfur, depois de décadas de tensão, é até semelhante à situação do Sul do Sudão. Trata-se de uma região extremamente marginalizada, que tanto sofre em termos das suas divisões etno-econômicas internas quanto de uma longa e sistemática história de humilhação, exploração, pilhagem, estupro e até escravização por milícias “árabes”, apoiadas pelo governo em Cartum.

Em vez de se transformar em um país pacificado com a conclusão do tratado de paz entre governo central e a insurreição no Sul, o Sudão está vivenciando, ao mesmo tempo, o surgimento de um conflito muito parecido no oeste do país. Esta imagem de migração de conflitos se repete, em maior escala, no continente inteiro e entre os seus Estados. Durante a Guerra Fria, a África Austral foi a principal região de guerra (Moçambique, Angola, Zimbábue, Namíbia e África do Sul), mas após a relativa pacificação desta região, a África Ocidental – até então considerada uma região de paz, ou melhor, como um autor colocou, de “não-guerra” – passou a ser vista como um dos principais *foci* de conflitos armados no continente. Em seqüência rápida, desenrolam-se conflitos na Libéria, em Serra Leoa, de novo na Libéria, em Guiné e Guiné Bissau, no Senegal e, ultimamente na Costa de Marfim.

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).

Menores conflitos armados durante os anos 1990 aconteceram no Mali, no Chade e em Níger. Na África Central, o eixo conflituoso durante os anos 1990 é composto por Uganda, Ruanda, Burundí, Zaire e Congo e no chamado Chifre da África os três Estados Somália, Etiópia e Eritréia se envolveram em confrontos armados de diversos tipos. Aqui também a seqüência parece ser cíclica: terminaram as guerras tanto inspiradas pelas reivindicações territoriais do nacionalismo somali quanto pelas oposições contra o imperialismo “interno” etíope, alimentadas ainda por interesses estratégicos das superpotências, somente para ceder lugar à desintegração violenta do Estado da Somália e a uma guerra convencional entre a Etiópia e Eritréia. No Zaire, ao invés de ceder lugar à paz, os combates com alinhamento global no esquema da Guerra Fria foram substituídos por uma horrorosa guerra civil com participação de até oito Estados africanos vizinhos. Os custos humanos e materiais destas guerras dos anos 1990, como se pode imaginar, são imensos e inibem qualquer desenvolvimento das regiões atingidas.

Por que o fim da competição bipolar e das guerras substitutas (“proxy wars”) não trouxe, como se esperava, um significativo aumento de paz para o continente africano? Estatisticamente, o número de conflitos armados principais no continente caiu durante a primeira metade da década dos anos 1990 (de 17 em 1990 para 9 em 1995) e depois começou de novo a subir para 14 em 1994. Quase todos estes conflitos são guerras internas, mas na sua maioria

incorporam uma dimensão trans-fronteiriça. Trata-se, na sua maioria, de chamadas “guerras de baixa intensidade” – um termo meio eufemístico, que se refere à natureza dos combates e ao armamento envolvido e não às vítimas, que são muitas e principalmente civis. Em alguns casos, porém, temos guerras verdadeiramente híbridas, como os múltiplos combates no território de Zaire/DRC, mesclando elementos de guerras convencionais com guerras de “low density”, com insurreição e contra-insurreição e com “tribal warfare”.

Para não deixar dúvidas, a África certamente representa o continente mais conflituoso em comparação com a sua população. Mas a África compartilha com a Ásia os maiores números absolutos de conflitos nos anos 1990. Geograficamente, existem dois grandes arcos de conflitos nos anos 1990: um se estende pela África, o outro é formado por uma larga faixa de países, começando nos Bálcãs europeus, estendendo-se pelo Próximo e Médio Oriente até o subcontinente indiano.

Poucos dos conflitos na África perduraram a última década inteira. Observa-se, portanto, que alguns conflitos foram resolvidos (por exemplo: África do Sul, Namíbia, Moçambique, Ruanda, Guiné-Bissau, a guerra Etiópia-Eritréia, entre outros), e resultaram em situações de paz até hoje. O continente africano conhece, destarte, a conclusão negociada de conflitos. Entretanto, como foi argumentado acima, estes conflitos bem-resolvidos foram “substituídos” por outros novos confrontos armados. Alguns conflitos

Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

também se reascenderam várias vezes durante a década e até hoje (por exemplo, os de Angola, Zaire, Libéria e Serra Leoa). Embora a paz se configure com alto índice na agenda africana (por exemplo, no Ato Constitutivo da União Africana), parece que os Estados africanos não conseguem eliminar o confronto armado do seu cotidiano.

Então, porque tantos conflitos armados na África e por que o fim da Guerra Fria não alterou esta situação? Uma primeira, e provisória, resposta destacaria a facilidade e os baixos custos do desembarque para um confronto armado, como a alta disponibilidade de armas leves na África, a custos bem baratos, fato que liga estas guerras com os interesses dos fabricantes de armamento (inclusive brasileiros) e do tráfico internacional de armas. Enquanto, depois de 1989, o comércio de Estado para Estado (africano) de armas pesadas e sofisticadas caiu dramaticamente, aquele de armas leves, estima-se, aumentou. As fraquezas institucionais e militares dos Estados africanos, a geografia e o ambiente natural do continente, a facilidade de envolver países vizinhos e conquistar tanto apoio quanto espaços seguros de retirada e recomposição, as comunicações precárias e as dificuldades do público ficar informado e saber de atrocidades e, finalmente, o modo como muitos conflitos são resolvidos, envolvendo a cooptação de insurgentes ao poder – o chamado “power-sharing” – tudo isso faz a guerra uma aposta relativamente segura, tanto para os governos quanto para os desafiantes. Ao final, em todos os casos não são os combatentes (sejam eles tropas governamentais ou insurrectos) que sofrem mais com a violência, mas sim a população civil que serve como massa de manobra e de seqüestro pelos dois lados.

Entretanto, a facilidade e os baixos custos e riscos não explicam as causas mais profundas da frequência de guerras na África. Aí entramos no campo minado do discurso acadêmico e político, que certamente produz amplas perspectivas e conhecimento, mas que está longe de um consenso interpretativo. Historicamente, para explicar esta frequência de guerras, culpou-se muito as grandes potências e a

sua luta pelas esferas de influência e por clientes. Os conflitos armados não seriam guerras africanas de verdade, mas sim, guerras substitutivas (“proxy wars”).

Mais recente, o debate das causas das guerras africanas privilegiou uma perspectiva mais indígena. Tem alguns que afirmam que a cultura política do continente africano não apreciaria a paz como um valor em si e que, pelo contrário, a força e a violência não representariam desvios da “normalidade”, mas constituiriam esta “normalidade” e seriam considerados modos comuns de “comunicação” nas sociedades africanas. Este argumento parece semelhante com a proposta de Chabal e Daloz, no influente livro: “Africa works: Disorder as Political Instrument”, em não abordar desordem, insegurança e caos na África sob uma perspectiva de comparação normativa (com um ideal ocidental), mas de descobrir a função e a própria racionalidade destes fenômenos na política neopatrimonial dos Estados africanos.

Uma segunda perspectiva popular enfatiza o processo histórico da criação dos Estados Africanos como resultado da partilha imperialista do continente no final do século XIX e a resultante natureza do Estado africano (multi-étnico com fronteiras “artificiais”), como o principal vetor explicativo da frequência de conflitos armados. Etnicidade se configura num sentido duplo como causadora de violência. De um lado, identidades étnicas são consideradas identidades exclusivas que necessaria e intrinsecamente levam a um choque de identificações e de interesses no mesmo universo social. De outro lado, propõe-se que as identificações étnicas, isto é, os sentimentos genuínos de grupo e solidariedade do homem comum são manipulados e instrumentalizados pelas elites na sua luta por recursos e poder político.

Uma terceira via explanadora vincula a pobreza, que principalmente caracteriza os Estados africanos, com a prevalência de conflitos violentos. Ultimamente surgiram, enfim, figuras explicativas de um suposto novo tipo de guerra na África: a guerra por e através da comercialização de recursos naturais como diamantes, ouro, coltan e outras mercadorias com fácil venda nos mercados internacionais. O desejo de

ilhar riquezas e a ganância dos rebeldes seriam as causas principais dos conflitos, segundo este paradigma econômico de guerra. O discurso justificativo, lamentando injustiças, seria artificialmente criado e os grupos rebeldes iriam parecer mais com o crime organizado do que com movimentos de protesto.

É fácil derrubar cada um destes paradigmas quando estes se projetam como explicações genéricas e sugerem reduzir uma complexa diversidade de causas em um denominador único e simples. Histórica e atualmente, a África experimenta tipos diferentes de guerra – apontando causas distintas: guerras de libertação colonial, guerras de separatismo étnico, guerras de unificação étnica, guerras sobre território e o percurso de fronteira, guerras contra opressão racial, guerras pelo poder no Estado, motivadas por várias razões. Aliás, todos estes tipos de guerra existem no mundo inteiro e não são especificamente africanas. O que a maioria destas guerras na África têm em comum, no que concerne às suas causas profundas, é melhor sistematizado pelo paradigma das necessidades humanas (“human needs theory”). Segundo este raciocínio, graves conflitos armados refletem uma profunda e duradoura crise de

governabilidade, na qual o governo nega sistematicamente para secções significantes das suas populações a satisfação das necessidades humanas, sendo estas tanto materiais e biológicas (como alimentação ou segurança) ou imateriais (identidade, participação e autonomia). A prevalência de uma cultura política de exclusão absoluta é certamente conseqüência do modelo do Estado africano, um tipo de Estado que foi criado na descolonização por consenso internacional, mantido como entidade “juridicamente soberana” pelo sistema internacional e, sendo assim, dispensado da necessidade de buscar legitimidade interna para sua sobrevivência. Esta conclusão leva a uma série de repercussões graves no que se relaciona ao exercício de poder no continente. Significa que, sem a sistemática transformação do processo político na África, criando efetivos sistemas participadores de inclusão política e social, bem diferentes destas “democracias” eleitorais de pouco profundidade, atualmente muito na moda, não haverá paz. Significa também que as negociações e intervenções de criar e manter paz permanecem obras inacabadas, se por acaso as causas profundas dos conflitos não forem abordadas.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial: Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br